



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007410-12.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Sebastião Aparecido Antonio**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr. Dr. **MILTON COUTINHO GORDO**. Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 777/13

VISTOS

SEBASTIÃO APARECIDO ANTONIO ajuizou Ação **DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE** em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, ter sido vítima de um acidente de trânsito, pelo qual sofreu lesões de natureza grave, que resultaram sua Invalidez Permanente. Alega não ter recebido qualquer valor, a título de seguro DPVAT. Pediu a procedência da ação e a condenação da ré ao valor de 40 salários mínimos. Juntou documentos às fls. 08/18.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa contestando, preliminarmente, a ilegitimidade passiva e a prescrição. No mérito, sustentou em síntese, que: 1) o requerente não comprovou o direito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

perseguido na inicial, vez que não existe laudo conclusivo do IML pela invalidez total e permanente que autorize o pagamento da indenização pleiteada. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls.69/74.

Pelo despacho de fls. 75 foi determinada a produção de provas. A requerida solicitou prova pericial médica; o Requerente requereu a designação de nova data para perícia médica.

Pelo despacho de fls. 81 foi determinada a realização de perícia médica. O laudo foi encartado às fls.100/106. Houve manifestação da requerida a fls.113/118 e do requerente a fls.110/111.

Pelo despacho de fls. 119 foi declarada encerrada a instrução. O Requerente apresentou alegações finais às fls. 129/131 e a requerida apresentou memoriais às fls. 121/127.

É o relatório.

DECIDO.

Como no caso não foi formulado pedido administrativo o prazo prescricional deve ser contado do acidente, ou, na melhor das hipóteses da data em que se **consolidaram as lesões**, quatro ou seis meses depois (como expressamente consignado no laudo oficial de fls. 105, quesito 08).

Assim, tomando por base o mês de agosto de 2000 (data mais favorável ao autor) decorreram 12 anos até o ajuizamento, em abril de 2013, o que permite o reconhecimento do fenômeno processual sustentado pela ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Como se tal não bastasse, a perícia oficial – única realizada – aponta um grau de incapacidade parcial e pequeno, muito distante da invalidez sustentada na portal.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTA** a presente ação, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC.

Sucumbente, arcará o autor com as custas, despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em R\$ 724,00; no entanto, deve ser observado o que dispõe o art 12 da lei 1060/50.

P. R. I.

São Carlos, 18 de setembro de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**